

Energética Santa Helena S.A.

**Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, e
o relatório dos auditores independentes**



RTA-028-2025

Ribeirão Preto-SP, 7 de fevereiro de 2025.

À
Energética Santa Helena S.A.
Nova Andradina-MSAtenção do **Conselho de Administração**

Prezados Senhores:

Encaminhamos-lhes as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores Independentes**Ricardo Aurélio Rissi**
Diretor

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10
1 Contexto operacional	10
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.....	11
3 Políticas contábeis materiais.....	12
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	22
5 Aplicações financeiras.....	22
6 Contas a receber.....	22
7 Estoques	23
8 Ativos biológicos.....	23
9 Adiantamentos	25
10 Impostos e contribuições a recuperar	26
11 Partes relacionadas.....	26
12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.....	27
13 Direito de uso e arrendamentos e parcerias a pagar	28
14 Imobilizado	29
15 Fornecedores.....	31
16 Empréstimos e financiamentos	32
17 Obrigações trabalhistas e previdenciárias.....	33
18 Obrigações tributárias	33
19 Provisão para contingências, passivos contingentes e depósitos judiciais	33
20 Patrimônio líquido.....	34
21 Receita operacional líquida	35
22 Custos dos produtos vendidos	36
23 Despesas com vendas	36
24 Despesas administrativas e gerais.....	36
25 Despesas com pessoal	37
26 Outras receitas operacionais, líquidas	37
27 Resultado financeiro líquido	37
28 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.....	38
29 Aspectos ambientais	41
30 Cobertura de seguros.....	41

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos acionistas e administradores da
Energética Santa Helena S.A.
Nova Andradina MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Santa Helena S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Santa Helena S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Energética Santa Helena S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção ao seguinte importante assunto:

Transações com partes relacionadas

Conforme nota explicativa 11, a Companhia mantém com partes relacionadas transações em montantes significativos e em condições específicas. A posição financeira e o resultado das transações refletem as condições estabelecidas pela administração da Companhia e as partes relacionadas nas respectivas negociações.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinados, cujo relatório, datado de 22 de março de 2024, continha ênfase quanto às transações com partes relacionadas em montantes significativos.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 7 de fevereiro de 2025.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S MS



Ricardo Aurélio Rissi
Contador – CRC1SP137183/O-8 “S MS”

Energética Santa Helena S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.630	2.914	Fornecedores	15	46.729	24.406
Aplicações financeiras	5	162.952	232.506	Arrendamentos e parcerias a pagar	13	36.239	32.231
Contas a receber	6	8.640	5.081	Empréstimos e financiamentos	16	27.824	1.756
Estoques	7	74.251	62.174	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	17.033	20.246
Ativos biológicos	8	91.711	135.277	Obrigações tributárias	18	12.242	12.014
Adiantamentos	9	3.380	11.254	Outras contas a pagar		1.093	797
Impostos e contribuições a recuperar	10	17.874	33.564	Total do passivo circulante		141.160	91.450
Outros créditos		308	224				
Total do ativo circulante		374.746	482.994	Não circulante			
Não circulante				Fornecedores	15	9.041	9.209
Depósitos judiciais	19	1.826	1.720	Arrendamentos e parcerias a pagar	13	236.676	165.086
Partes relacionadas	11	1.706	1.706	Empréstimos e financiamentos	16	308.371	169.201
Impostos e contribuições a recuperar	10	55.615	38.235	Obrigações tributárias	18	14.285	23.206
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	59.791	17.290	Partes relacionadas	11	30.606	29.629
Investimentos		566	411	Provisão para contingências	19	42.335	37.730
Direito de uso	13	287.218	208.297	Outras contas a pagar		2.282	2.334
Imobilizado	14	585.430	397.827	Total do passivo não circulante		643.596	436.395
Intangível		114	200				
Total do ativo não circulante		992.266	665.686	Patrimônio líquido	20		
				Capital social		112.784	112.784
				Reserva legal		22.557	22.557
				Reserva de incentivos fiscais		373.823	337.231
				Ajuste de avaliação patrimonial		7.270	8.101
				Reserva de lucros		65.822	140.162
				Total do patrimônio líquido		582.256	620.835
Total do ativo		1.367.012	1.148.680	Total do passivo e patrimônio líquido		1.367.012	1.148.680

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	21	487.948	502.676
Varição do valor justo de ativo biológico	8	(56.065)	16.976
Custo dos produtos vendidos	22	(311.785)	(305.826)
Lucro bruto		120.098	213.826
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	23	(25.710)	(18.025)
Despesas administrativas e gerais	24	(44.976)	(37.296)
Despesas com pessoal	25	(23.325)	(14.031)
Outras receitas operacionais, líquidas	26	26.547	66.129
		(67.463)	(3.223)
Lucro antes do resultado financeiro		52.635	210.603
Resultado financeiro, líquido	27	(59.374)	(47.501)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(6.739)	163.102
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	12b	42.500	13.978
Lucro líquido do exercício		35.761	177.080
Lucro por ação no final do exercício em R\$	20	2,05	10,15

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>35.761</u>	<u>177.080</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>35.761</u></u>	<u><u>177.080</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	112.784	22.557	275.975	8.848	41.391	-	461.555
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(17.800)	-	(17.800)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(747)	-	747	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	177.080	177.080
Destinação para reserva de incentivos fiscais	-	-	61.256	-	-	(61.256)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	116.571	(116.571)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	112.784	22.557	337.231	8.101	140.162	-	620.835
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(74.340)	-	(74.340)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(831)	-	831	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	35.761	35.761
Destinação para reserva de incentivos fiscais	-	-	36.592	-	-	(36.592)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	112.784	22.557	373.823	7.270	65.822	-	582.256

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	35.761	177.080
Ajustes por:		
Perdas com créditos esperadas	134	(250)
Provisão para contingências	4.605	(15.991)
Provisão para obsolescência	-	(223)
Depreciação	16.742	14.252
Amortização intangível	86	116
Amortização do direito de uso	27.421	33.513
Depreciação lavoura de cana-de-açúcar	61.835	56.418
Baixa de imobilizado	1.517	(2.162)
Ajuste do valor justo de ativos biológicos	56.065	(16.976)
Redução decorrente da utilização do ativo biológico	70.337	64.336
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(42.500)	(13.978)
Realização do ajuste a valor presente e outros	44.824	40.890
Juros provisionados	36.371	32.817
Aumento nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(3.559)	1.236
Estoques	(12.077)	(108)
Adiantamentos	7.740	6.286
Impostos e contribuições a recuperar	(1.690)	(49.565)
Outros créditos	(84)	(10)
Depósitos judiciais	(106)	(28)
Partes relacionadas, líquidas	977	1.003
Aumento nos passivos operacionais:		
Fornecedores	22.155	3.147
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(3.213)	4.450
Obrigações tributárias	(8.693)	(5.100)
Outras contas a pagar	244	(3.715)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	314.892	327.438
Juros pagos	(29.385)	(32.472)
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	285.507	294.966
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	69.554	(4.715)
Aquisição de Ativos biológicos	(82.836)	(70.337)
Investimentos	(155)	(198)
Imobilizado	(267.697)	(130.665)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(281.134)	(205.915)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	160.008	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.756)	-
Arrendamentos e parcerias agrícolas pagos	(75.569)	(70.080)
Dividendos distribuídos	(74.340)	(17.800)
Recursos líquidos gerados (aplicados nas) atividades de financiamentos	8.343	(87.880)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	12.716	1.171
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.630	2.914
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.914	1.743
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	12.716	1.171
Informações Adicionais		
Saldo em aplicações financeiras (ativo circulante)	162.952	232.506
Total de recursos disponíveis	178.582	235.420

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energética Santa Helena S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Energética Santa Helena S/A (“Companhia”) é uma empresa familiar tradicional no setor de Açúcar & Alcool, presente há mais de 30 anos no estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia compra, cultiva, colhe e processa cana-de-açúcar, da qual produz etanol anidro e hidratado, possui cerca de 45,7 mil ha de terras arrendadas com cultivo de cana-de-açúcar e uma eficiente estrutura agrícola e de logística, com colheita 100% mecanizada. De aproximadamente 2,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar moídas, 95% são próprias – um percentual alto para os padrões da indústria.

RenovaBio – Cbios

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa possuía 40.635 Cbios emitidos e ainda não comercializados. Durante a safra foram comercializados 236.021 mil Cbios, totalizando R\$ 16,4 milhões em receita líquida, classificada em outras receitas operacionais. No período foram emitidos 217.313 Cbios. A comercialização destes títulos, após a sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio.

Sobre o RenovaBio:

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação societária.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 7 de fevereiro de 2025.

b **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa, como nos casos do valor justo do ativo biológico mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas e instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

c **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações são apresentadas em milhares de reais. O real é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

d **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A Administração revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Administração da Companhia e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas:

- Nota 6 e 9 – Perdas com créditos esperadas – PCE;
- Nota 8 – Ativos biológicos;
- Nota 12 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 13 – Mensuração do passivo de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar;
- Nota 14 – Vida útil do ativo imobilizado, e;
- Nota 19 – Provisão para contingências.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário.

a **Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

b **Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

b.1 **Ativos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, conforme CPC 48/ IFRS 9, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma:

(i) **Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

(ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros que a Companhia possui são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras, contas a receber e partes relacionadas.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria a Companhia classifica as aplicações financeiras.

(iii) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu seu controle.

b.2 Passivos financeiros

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, arrendamentos e parcerias a pagar, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas.

(ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros que a Companhia possui são classificados na categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado: após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

d Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

e Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. As Perdas com Créditos Esperadas – PCE são constituídas com base na análise do contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na sua realização.

f Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A cana de açúcar consumida no processo produtivo é avaliada pelo seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

g Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzido nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora) que serão utilizadas como matéria-prima na produção de etanol. A Companhia mantém eucalipto no ativo biológico, o qual foi mensurado a custo.

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar é transferida para o custo de produção pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer à exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi baseado no método de fluxo de caixa futuro descontado.

O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital, que foi de 10,07 % a.a.

h Imobilizado

h.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, e ajustado por reavaliação de bens das contas de edificações, instalações e máquinas e equipamentos, com base no laudo de peritos independentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

h.2 Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de janeiro. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados e reconhecidos no resultado como despesa, devido ao curtíssimo período de parada para manutenção.

h.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas são as seguintes:

- Edificações: 60 anos;
- Instalações: 20 anos;
- Máquinas, aparelhos e equipamentos: 20 anos;
- Veículos: 10 anos; e
- Tratores e implementos agrícolas: 10 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i Intangível

Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de softwares, os quais são amortizados levando em conta a vida útil estimada de cinco anos.

É avaliado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*)

A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base em laudo de empresa especializada contratada, não foi constatado evidências para o reconhecimento de perdas em função da não recuperação dos referidos ativos. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foram determinados pelo valor justo líquido de despesa de venda.

k Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e, subsequencialmente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

l Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da nota fiscal/ fatura correspondente.

m Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de parcerias que não foram pagas na data de transição, descontados usando uma taxa de empréstimo incremental, baseada no endividamento da Companhia, que corresponde aproximadamente a 15,26% a.a.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia adiciona, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia está razoavelmente certa que a opção de renovação será exercida, como é o caso dos contratos agrícolas, onde a Companhia detém a prerrogativa de renovação por um número preestabelecido de safras nos termos do contrato.

n Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões para riscos e contingências são constituídas por valores atualizados, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, o seu valor é determinado através do valor presente desse fluxo de caixa.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apresentadas: perdas com créditos esperadas, ajuste a valor justo do ativo biológico, ajuste de avaliação patrimonial de bens do ativo imobilizado, contingências, arrendamentos e parcerias agrícolas; e base de cálculo negativa e prejuízo fiscal, estando apresentados no não circulante conforme sua natureza e expectativa de realização ou pagamento. O valor contábil do ativo do imposto de renda e da contribuição social diferidos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com o lucro tributável, presente ou futuro, ou por outras formas de realização legal.

p Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

q Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 (R1) – Subvenção e assistência governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado, a Companhia reclassifica entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais.

r Reconhecimento de receitas

r.1 Venda de produtos – etanol

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, quando for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, quando os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, quando não há envolvimento contínuo com os bens vendidos e quando o valor da receita operacional pode ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e caso o valor possa ser mensurado, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

r.2 Demais produtos

A receita de venda é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade é transferida. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções e impostos incidentes. Geralmente as receitas são reconhecidas no resultado pelo montante equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

s Partes relacionadas

Representam operações comerciais e financeiras com companhia ligada e estão registradas pelos seus valores originais, acrescidos de atualização monetária quando contratado.

t Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas razoavelmente fundamentadas e são consideradas estimativas contábeis.

u Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

v Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores até o encerramento do próximo exercício social estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

w Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

x Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e sua atividade estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseado nas atuais leis, nos regulamentos em vigor e no parecer de seus consultores jurídicos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e bancos	3.733	923
Aplicações financeiras de liquidez imediata	11.897	1.991
	<u>15.630</u>	<u>2.914</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa e aplicações com vencimentos inferiores a 90 dias resgatáveis sem qualquer carência.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes investimentos financeiros referem-se à aplicação de resgate automático com rendimentos de 5% a 125% do CDI.

5 Aplicações financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fundos de investimentos	146.400	153.427
Renda fixa	14.281	74.706
Renda variável	-	2.070
Outros	2.271	2.303
	<u>162.952</u>	<u>232.506</u>

As aplicações financeiras são remuneradas pelas taxas médias praticadas no mercado financeiro, que variam entre 80% e 150% do CDI.

6 Contas a receber

a) Composição do saldo

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cientes – mercado interno	6.369	5.782
Cientes – mercado externo	2.972	-
(-) Perdas com créditos esperadas – PCE (i)	(701)	(701)
	<u>8.640</u>	<u>5.081</u>

- (i) As perdas com créditos esperadas (PCE) foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos clientes. A provisão elaborada pela Administração da Companhia é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de contas a receber.

A Administração avaliou o ajuste a valor presente das suas operações com clientes na data de 31 de dezembro de 2024 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

b) Idade do saldo (*aging list*)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Vincendos		
Até 30 dias	4.954	2.837
De 31 a 180 dias	2.559	172
De 181 até 360 dias	25	-
	<u>7.538</u>	<u>3.009</u>
Vencidos		
Até 30 dias	952	2.072
De 31 a 180 dias	150	-
Acima de 360 dias	701	701
	<u>1.803</u>	<u>2.773</u>
Total	<u>9.341</u>	<u>5.782</u>

7 Estoques

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Produtos acabados	55.745	45.693
Almoxarifado	18.494	16.448
Produtos em poder de terceiros	12	33
	<u>74.251</u>	<u>62.174</u>

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

8 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Área estimada de colheita (hectares)	30.246	30.382
Produtividade prevista (ton./ha)	71,99	76,59
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (Kg)	134	134
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,18	1,22
Taxa de desconto	10,07%	11,01%

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do período.

A movimentação dos ativos biológicos durante o período é a seguinte:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custo histórico	71.465	65.464
Valor justo	63.812	46.836
	<u>135.277</u>	<u>112.300</u>
Movimentação		
Aumento decorrente de tratos cana	82.836	70.337
Mudança no valor justo	(56.065)	16.976
Redução decorrente de colheita	(70.337)	(64.336)
Saldo final de ativos biológicos	<u>91.711</u>	<u>135.277</u>
Composto por:		
Custo histórico cana	82.836	70.337
Custo histórico eucalipto	1.128	1.128
Valor justo	7.747	63.812
Saldo final de ativos biológicos	<u>91.711</u>	<u>135.277</u>

A redução do valor justo em 31 de dezembro de 2024 foi ocasionado substancialmente por:

- (i) redução do TCH (toneladas de cana por hectares) da produtividade prevista, e;
- (ii) aumento do custo com CTT (corte, transbordo e transporte).

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. Dessa forma, a Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

9 Adiantamentos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adiantamento a fornecedores diversos	1.641	10.575
Adiantamento de salários	1.370	1.158
Adiantamento de férias	1.268	281
Adiantamento de despesas de viagens	3	8
(-) Perdas com créditos esperadas – PCE (i)	<u>(902)</u>	<u>(768)</u>
	<u>3.380</u>	<u>11.254</u>

- (i) As perdas com créditos esperadas foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos adiantamentos. A provisão elaborada pela Administração da Companhia é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com adiantamentos.

10 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
PIS/COFINS (i)	32.317	17.977
ICMS (ii)	35.873	23.864
IRPJ/CSLL (iii)	354	26.957
IRPJ saldo negativo	2.425	506
Outros	2.520	2.495
	<u>73.489</u>	<u>71.799</u>
Circulante	17.874	33.564
Não circulante	55.615	38.235
	<u>73.489</u>	<u>71.799</u>

- (i) O aumento do saldo de créditos de PIS/COFINS é resultante principalmente em razão das aquisições de máquinas e equipamentos destinados a construção da Fábrica de Açúcar. A Companhia estima que a realização dos créditos irá ocorrer no longo prazo através de compensação com débitos de PIS/COFINS incidentes nas operações de venda.
- (ii) O aumento do saldo de crédito de ICMS resulta principalmente em razão da concentração de vendas de etanol em operações com incidência de crédito presumido. A realização do crédito irá ocorrer através de abatimento do ICMS devido em outras operações e transferência de crédito para outras empresas.
- (iii) Refere-se a recuperação de créditos tributários de IRPJ/CSLL referente aos exercícios de 2021 e de 2022, oriundos da aplicação da depreciação acelerada incentivada, conforme art. N° 325 do RIR/2018.

11 Partes relacionadas

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Bartolomeu Miranda Coutinho (i)	750	750	-	-	-
Alexandre de Albuquerque Melo Coutinho (i)	926	926	-	-	-
Nova Mucuri Participações S/A (ii)	-	-	(30.606)	(29.629)	(1.590)
Santa Fe Açúcar e Álcool Ltda. (ii)	30	30	-	-	-
	<u>1.706</u>	<u>1.706</u>	<u>(30.606)</u>	<u>(29.629)</u>	<u>(1.590)</u>

- (i) Empréstimos financeiros, não há incidência de juros remuneratórios.
- (ii) Contrato de conta corrente, não há incidência de juros remuneratórios.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla Direção da Companhia, totalizou R\$ 5.146 (R\$ 1.180 em 2023) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) O imposto de renda e contribuição social diferidos foram atribuídos da seguinte maneira:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo não circulante		
Diferenças temporárias e base negativa e prejuízo fiscal:		
Perdas com créditos esperadas – PCE	545	238
Provisão para contingências	14.394	12.828
Base negativa e prejuízo fiscal	<u>51.230</u>	<u>30.093</u>
	<u>66.169</u>	<u>43.159</u>
Passivo não circulante		
Diferenças temporárias:		
Ajuste de avaliação patrimonial – imobilizado	(3.744)	(4.173)
Valor justo do ativo biológico	<u>(2.634)</u>	<u>(21.696)</u>
	<u>(6.378)</u>	<u>(25.869)</u>
Saldo líquido	<u>59.791</u>	<u>17.290</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis, base negativa e prejuízos fiscais.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

b) Os efeitos do imposto de renda e a contribuição social diferidos no resultado do exercício, foram:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Perdas com créditos esperadas – (PCE)	307	(85)
Provisão para contingências	1.566	(5.437)
Valor justo do ativo biológico	19.062	(5.772)
Ajuste de avaliação patrimonial imobilizado	428	430
Base negativa e prejuízo fiscal	<u>21.137</u>	<u>24.842</u>
	<u>42.500</u>	<u>13.978</u>

c) Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Companhia não apresentou base de cálculo tributável.

13 Direito de uso e arrendamentos e parcerias a pagar

A movimentação do direito de uso do ativo e dos arrendamentos a pagar estão demonstrados a seguir:

a) Direito de uso

	Arrendamentos agrícola	Parcerias agrícola	Total ativo de direito de uso
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	93.797	175.470	269.267
Adições	-	7.517	7.517
Amortização	(11.627)	(21.886)	(33.513)
Remensurações (i)	(5.961)	(29.013)	(34.974)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	76.209	132.088	208.297
Custo total	122.033	224.445	346.478
Amortização acumulada	(45.824)	(92.357)	(138.181)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	76.209	132.088	208.297
Adições	64.050	50.183	114.233
Amortização	(10.806)	(16.615)	(27.421)
Remensurações (i)	(3.124)	(4.767)	(7.891)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	126.329	160.889	287.218
Custo total	182.959	269.861	452.820
Amortização acumulada	(56.630)	(108.972)	(165.602)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	126.329	160.889	287.218
Vida útil (anos)	1 a 14	1 a 20	

b) Arrendamentos e parcerias a pagar

	Compromissos de arrendamentos operacionais	Ajuste a valor presente dos arrendamentos operacionais	Passivo de arrendamento operacional
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	365.795	(111.712)	254.083
Adições	16.662	(9.145)	7.517
Baixas de adiantamentos	4.204	-	4.204
Pagamentos	(70.080)	-	(70.080)
Apropriação de encargos financeiros	-	24.873	24.873
Remensurações (i)	96.393	(119.673)	(23.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	412.974	(215.657)	197.317
Adições	221.247	(107.014)	114.233
Baixas de adiantamentos	(3.324)	-	(3.324)
Pagamentos	(72.245)	-	(72.245)
Apropriação de encargos financeiros	-	25.554	25.554
Remensurações (i)	(53.377)	64.757	11.380
Saldo em 31 de dezembro de 2024	505.275	(232.360)	272.915
Circulante			32.231
Não circulante			165.086
Saldo em 31 de dezembro de 2023			197.317
Circulante			36.239
Não circulante			236.676
Saldo em 31 de dezembro de 2024			272.915

- (i) Atualização do índice de correção (CONSECANA) e taxa incremental aplicado nos contratos de arrendamento e parceria agrícola.

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	2024
De 1º/01/2026 a 31/12/2026	25.795
De 1º/01/2027 a 31/12/2027	23.707
De 1º/01/2028 a 31/12/2028	27.388
De 1º/01/2029 a 31/12/2029	26.594
De 1º/01/2030 a 31/12/2030	28.762
De 1º/01/2031 a 31/12/2031	29.432
A partir de 1º/01/2032	89.302
	250.980
Adiantamentos	(14.304)
	236.676

14 Imobilizado

a) Composição do saldo

			2024	2023
	Taxa anual de depreciação	Custo + Depreciação AAP (*) acumulada	Líquido	Líquido
Terras	-	1.777	1.777	1.777
Edificações	De 1,67% a 6,25%	40.591	(10.066)	30.525
Instalações	De 1,67% a 20,00%	49.353	(13.600)	35.753
Máquinas e equipamentos	De 2,86% a 33,33%	127.508	(84.687)	42.821
Veículos	De 4,00% a 20,00%	77.731	(33.556)	44.175
Tratores e implementos agrícolas	De 6,67% a 12,50%	65.736	(26.640)	39.096
Móveis e utensílios	10,00%	2.282	(1.297)	985
Computadores e periféricos	20,00%	3.303	(2.365)	938
Equipamentos de comunicação	20,00%	1.297	(875)	422
Aeronaves	10,00%	25	(9)	16
Imobilizações em andamento	-	161.055	-	161.055
		530.658	(173.095)	357.563
Planta portadora				
Lavoura de cana		227.867	-	227.867
		758.525	(173.095)	585.430

(*) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, onde a depreciação é calculada pelo método linear.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados e gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados.

Lavoura de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para produzir a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, cinco cortes.

b) Movimentação do custo e ajustes de avaliação patrimonial – AAP

	2024				
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Transferências	Saldo Final
Terras	1.777	-	-	-	1.777
Edificações	37.379	-	-	3.212	40.591
Instalações	43.675	148	-	5.530	49.353
Máquinas e equipamentos	120.838	1.102	(39)	5.607	127.508
Veículos	48.695	28.965	(766)	837	77.731
Tratores e implementos agrícolas	47.327	21.956	(4.084)	537	65.736
Móveis e utensílios	2.035	289	(80)	38	2.282
Computadores e periféricos	3.941	347	(994)	9	3.303
Equipamentos de comunicação	983	316	(2)	-	1.297
Aeronaves	25	-	-	-	25
Imobilizações em andamento	45.604	131.230	(9)	(15.770)	161.055
	352.279	184.353	(5.974)	-	530.658

	2023				
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Transferências	Saldo Final
Terras	1.777	-	-	-	1.777
Edificações	35.908	-	-	1.471	37.379
Instalações	29.193	-	-	14.482	43.675
Máquinas e equipamentos	118.453	797	(41)	1.629	120.838
Veículos	44.067	5.996	(1.538)	170	48.695
Tratores e implementos agrícolas	45.216	6.988	(4.877)	-	47.327
Móveis e utensílios	1.880	175	(22)	2	2.035
Computadores e periféricos	3.521	370	(30)	80	3.941
Equipamentos de comunicação	873	-	(27)	137	983
Aeronaves	25	-	-	-	25
Imobilizações em andamento	29.926	33.855	(206)	(17.971)	45.604
	310.839	48.181	(6.741)	-	352.279

c) Movimentação da depreciação acumulada

	2024			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Edificações	(9.483)	(583)	-	(10.066)
Instalações	(11.624)	(1.976)	-	(13.600)
Máquinas e equipamentos	(79.433)	(5.278)	24	(84.687)
Veículos	(30.260)	(3.822)	526	(33.556)
Tratores e implementos agrícolas	(25.138)	(4.543)	3.041	(26.640)
Móveis e utensílios	(1.231)	(131)	65	(1.297)
Computadores e Periféricos	(2.849)	(314)	798	(2.365)
Equipamentos de comunicação	(785)	(93)	3	(875)
Aeronaves	(7)	(2)	-	(9)
	(160.810)	(16.742)	4.457	(173.095)

	2023			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Edificações	(8.951)	(532)	-	(9.483)
Instalações	(10.298)	(1.326)	-	(11.624)
Máquinas e equipamentos	(74.249)	(5.210)	26	(79.433)
Veículos	(28.176)	(2.851)	767	(30.260)
Tratores e implementos agrícolas	(25.132)	(3.728)	3.722	(25.138)
Móveis e utensílios	(1.140)	(106)	15	(1.231)
Computadores e Periféricos	(2.444)	(433)	28	(2.849)
Equipamentos de comunicação	(742)	(64)	21	(785)
Aeronaves	(5)	(2)	-	(7)
	(151.137)	(14.252)	4.579	(160.810)

d) **Planta portadora**

	Valor
Saldo em 1° de janeiro de 2023	180.292
Amortização do canavial	(56.418)
Adições	82.484
Saldo em 31 de dezembro de 2023	206.358
Amortização do canavial	(61.835)
Adições	83.344
Saldo em 31 de dezembro de 2024	227.867

15 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais – cana	3.113	2.388
Fornecedores nacionais – diversos	52.657	31.227
	55.770	33.615
Circulante	46.729	24.406
Não circulante	9.041	9.209
	55.770	33.615

A Administração avaliou o ajuste a valor presente das suas operações com clientes na data de 31 de dezembro de 2024 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

16 Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Taxa a.a.	Indexador	2024	2023
Linhas do BNDES (i)	1,55% a 2,30%	+CDI	117.943	-
CRA Sênior - CPR-F 1 - (ii)	4,0%	+CDI	63.706	65.054
CRA Subordinado - CPR-F 2 (iii)	10,0%	+CDI	100.998	100.053
CRA CPR-F - Cédula de produto rural financeira (iv)	100,0%	CDI	47.362	-
Finame (v)	6,0%	+TR	4.443	4.177
Capital de Giro (v)	6,0%	+TR	1.743	1.673
			336.195	170.957
Circulante			27.824	1.756
Não circulante			308.371	169.201
			336.195	170.957

- (i) Possuem garantias hipotecárias.
- (ii) Está garantido por cessão fiduciária de recebíveis e avalistas.
- (iii) Está garantido por avalistas.
- (iv) Não conta com garantias reais e/ou fidejussórias.
- (v) A taxa para fins de cálculo de juros dos empréstimos e financiamentos está sendo considerada em conformidade com o plano de recuperação judicial. Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária, penhora rural, cessão fiduciária de direitos de crédito e hipoteca.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam a seguinte composição:

Ano de vencimento	2024
2026	21.060
2027	35.500
2028	79.415
2029	34.415
2030	34.415
2031 em diante	103.566
	308.371

Obrigações contratuais (covenants financeiros)

Os contratos da modalidade CRA, possuem cláusulas de *covenants* financeiros, que devem ser apresentados ao final de cada trimestre:

Índice	Meta
(1) Razão (dívida líquida / EBITDA)	<= 1,50x
(2) Liquidez corrente	>= 1,50x
(3) Razão (dívida líquida / patrimônio líquido)	<= 0,50x
(4) Razão (EBITDA / despesa financeira líquida)	>= 2,50x
(5) Equivalente de caixa	>= R\$ 65.000

Em 31 de dezembro de 2024, todos os índices financeiros encontravam-se integralmente atendidos.

17 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Honorários de diretoria	208	36
Salários a pagar	2.879	2.790
Autônomos	2	2
INSS folha de pagamento	628	528
INSS sobre comercialização	643	1.083
INSS retidos sobre serviços pessoa jurídica	152	130
Funrural	111	95
FGTS	542	483
Provisão de férias e encargos	6.872	6.283
Programa de participação no resultado	4.996	8.816
	<u>17.033</u>	<u>20.246</u>

18 Obrigações tributárias

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Impostos correntes		
IRRF	1.164	807
FADEFE – Fundo Apoio Desenvolvimento Econômico e Equilíbrio Fiscal	65	106
Outros impostos correntes	453	719
	<u>1.682</u>	<u>1.632</u>
Parcelamentos		
Demais débitos RFB - Lei 11.941/2009	-	162
Débitos previdenciários PGFN - Lei 11.941/2009	-	210
Demais débitos PGFN - Lei 11.941/2009	-	161
Débitos previdenciários RFB - Lei 12.996/2014	7.217	8.219
Demais débitos RFB - Lei 12.996/2014	1.372	1.563
PERT - Lei 13.496/2017	6.949	8.901
Débitos previdenciários - Lei 12.865/2013	331	641
Débitos Previdenciários PGFN - Cód. 1734	7.804	12.312
Débitos Previdenciários Funrural – Cód. 1124	1.172	1.419
	<u>24.845</u>	<u>33.588</u>
	<u>26.527</u>	<u>35.220</u>
Circulante	12.242	12.014
Não circulante	14.285	23.206
	<u>26.527</u>	<u>35.220</u>

19 Provisão para contingências, passivos contingentes e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais envolvendo contingências trabalhistas e cíveis, na quais estão cobertas parcialmente por depósitos judiciais no montante de R\$ 1.826 (R\$ 1.720 em 2023). Para fazer face às perdas futuras vinculadas a esses processos e outros riscos decorrentes de interpretações controversas da legislação tributária, foi constituída provisão em valor considerado pela administração da Companhia como suficiente para cobrir as perdas avaliadas como prováveis. A avaliação da probabilidade de perdas nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias, a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e o conservadorismo.

As principais informações das contingências estão assim apresentadas:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis e ambientais	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	7	259	53.455	53.721
Adições	-	-	1.108	1.108
Atualização	-	(207)	(10.975)	(11.182)
Baixas	(7)	(52)	(5.858)	(5.917)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	37.730	37.730
Adições	-	-	-	-
Atualização	-	-	5.586	5.586
Baixas	-	-	(981)	(981)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	42.335	42.335

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, mas não provável, sendo 19 ações trabalhistas no montante de R\$ 4.394 e 6 ações cíveis e ambientais no montante de R\$ 894 (Em 2023, 43 ações trabalhistas no montante de R\$ 5.188 e 5 ações cíveis no montante de R\$ 884), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

20 Patrimônio Líquido

a Capital social

O capital social é de R\$ 112.784, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 17.449.289 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas.

b Reserva legal

É constituída ao final de cada exercício social à razão de 5% do lucro líquido nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O montante do saldo é de R\$ 22.557 em 31 de dezembro de 2024 e em 2023.

c Reserva de incentivos fiscais

Incentivo fiscal estadual: Programa criado pelo estado do Mato Grosso do Sul através do Art. 3 da Lei nº 4.049 de 30 de junho de 2011, que através do Termo de acordo 687 de 25 de novembro de 2011 concedeu a Companhia o benefício fiscal de crédito presumido de ICMS incidente sobre as operações de saídas interestaduais realizadas com álcool etílico anidro combustível, álcool etílico hidratado combustível, e álcool não qualificado como combustível, este último quando destinado a estabelecimento industrial. O montante do saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 373.823 (R\$ 337.231 em 2023). Ainda, em 31 de dezembro de 2024 existe o montante de R\$ 26.727 a reconstituir com lucros futuros.

d Ajuste de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo imobilizado, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação realizada no exercício de 2010. O montante do saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.270 (R\$ 8.101 em 2023).

e Lucro líquido por ação do capital social – R\$

Apurado com base no número médio ponderado de ações em circulação no exercício e com base no número de ações ao final do exercício social:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	35.761	177.080
Ações do capital social	17.449	17.449
Lucro líquido por ação do capital social	<u><u>2,05</u></u>	<u><u>10,15</u></u>

f Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de abril de 2022, foi deliberada pelos acionistas a distribuição de dividendos relativo aos lucros apurados no exercício 2021 na sua totalidade, conforme disponibilidade financeira da Companhia. Em 2024 foi distribuído o montante de R\$ 7.288 (R\$ 17.800 em 2023).

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 25 de abril de 2023, foi deliberada pelos acionistas a distribuição de dividendos relativo aos lucros apurados no exercício 2022 na sua totalidade. Em 2024 foi distribuído o montante de R\$ 16.303.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de abril de 2024, foi deliberada pelos acionistas a distribuição de dividendos relativo aos lucros apurados no exercício 2023. Em decorrência da emissão do CRA, a Companhia assumiu o compromisso em distribuir somente 25% do lucro a distribuir. Entretanto, em assembleia especial de investidores do CRA junto a Securitizadora, foi deliberado a aprovação da distribuição de dividendos extraordinários acima do mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, no montante de R\$ 45.000. Em 2024 foi distribuído o montante de R\$ 50.749.

21 Receita operacional líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional bruta	<u>501.931</u>	<u>509.353</u>
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes sobre vendas	(76.036)	(67.647)
Incentivos fiscais sobre venda	63.318	61.256
Deduções de vendas	(1.265)	(286)
	<u>(13.983)</u>	<u>(6.677)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>487.948</u></u>	<u><u>502.676</u></u>

A seguir apresentamos a composição analítica da receita e das mercadorias vendidas:

Tipo de receita	2024	2023
Álcool anidro	150.770	221.594
Álcool hidratado	333.695	285.087
Açúcar VHP	12.015	-
Cana de açúcar	1.637	-
Outras vendas	3.814	2.672
	<u>501.931</u>	<u>509.353</u>

22 Custos dos produtos vendidos

	2024	2023
(-) Álcool anidro	(93.449)	(140.644)
(-) Álcool hidratado	(204.270)	(165.049)
(-) Açúcar VHP	(13.037)	-
(-) Cana de açúcar	(424)	-
(-) Evaporação	(605)	(133)
	<u>(311.785)</u>	<u>(305.826)</u>

23 Despesas com vendas

	2024	2023
Fretes sobre vendas	(24.247)	(16.470)
Comissões e corretagens sobre vendas	(1.150)	(1.335)
Despesas com materiais de uso e consumo	(33)	(9)
Despesas com depreciação e amortização	(88)	(81)
Demais despesas – vendas	(192)	(130)
	<u>(25.710)</u>	<u>(18.025)</u>

24 Despesas administrativas e gerais

	2024	2023
Despesas de ociosidade (industrial e agrícola)	(21.790)	(15.083)
Serviços prestados por terceiros	(19.169)	(11.948)
Despesas com materiais de uso e consumo	(2.462)	(2.177)
Despesas com depreciação e amortização	(812)	(556)
Demais despesas	(743)	(7.532)
	<u>(44.976)</u>	<u>(37.296)</u>

25 Despesas com pessoal

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários e ordenados	(8.977)	(7.405)
Programa de participação nos resultados	(1.002)	(1.381)
Honorários de diretoria	(4.558)	(527)
FGTS	(863)	(694)
INSS	(1.514)	(619)
Processos trabalhistas	(7)	(22)
Provisões férias, 13º salário e encargos	(1.852)	(1.591)
Outras despesas com pessoal	(4.552)	(1.792)
	<u>(23.325)</u>	<u>(14.031)</u>

26 Outras receitas operacionais, líquidas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Outras receitas operacionais		
Recuperação de Crédito Tributário (IRPJ/CSLL) (i)	9.884	29.351
Crédito de descarbonização (CBIO) (ii)	16.431	20.154
Reversão de provisões	239	16.948
Resultados com alienações do ativo imobilizado, líquidas	1.014	-
Outras receitas	4.189	2.541
	<u>31.757</u>	<u>68.994</u>
Outras despesas operacionais		
Provisões para perdas	(4.978)	(1.252)
Outras despesas	(232)	(1.613)
	<u>(5.210)</u>	<u>(2.865)</u>
	<u>26.547</u>	<u>66.129</u>

(i) Em 2023 foi reconhecido a receita referente a recuperação de créditos tributário de IRPJ/CSLL referente aos exercícios de 2021 e de 2022, oriundos da aplicação da depreciação acelerada incentivada, conforme art. N° 325 do RIR/2018. Em 2024 foi reconhecido IRPJ Negativo do exercício 2022 e 2023.

(ii) Comercialização de títulos de CBIOS (RenovaBio), 236.021 em 2024 e 216.389 em 2023.

27 Resultado financeiro líquido

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos recebidos de aplicações financeiras	4.029	7.436
Variações em aplicações financeiras, líquidas	10.505	14.802
Descontos financeiros obtidos	1.252	318
Juros recebidos e auferidos	2.794	705
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(759)	(1.084)
	<u>17.821</u>	<u>22.177</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas sobre tributos e parcelamentos	(2.053)	(4.079)
Juros passivos	(2.722)	(2.958)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(36.455)	(32.446)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos	(35.080)	(28.858)
Outras despesas financeiras	(885)	(1.337)
	<u>(77.195)</u>	<u>(69.678)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(59.374)</u>	<u>(47.501)</u>

28 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos

a Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle interno e de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos principais instrumentos a seguir relacionados:

Ativos financeiros	Nota	2024	2023	Classificação
Caixa e bancos	4	3.733	923	(i)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4	11.897	1.991	(ii)
Aplicações financeiras	5	162.952	232.506	(ii)
Contas a receber	6	8.640	5.081	(i)
Partes relacionadas	11	1.706	1.706	(i)
		188.928	242.207	
Passivos financeiros				
Fornecedores	15	55.770	33.615	(iii)
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	13	272.915	197.317	(iii)
Empréstimos e financiamentos	16	336.195	170.957	(iii)
Partes relacionadas	11	30.606	29.629	(iii)
		695.486	431.518	

Classificação:

- (i) Ativo ao custo amortizado.
- (ii) Ativo ao valor justo por meio do resultado
- (iii) Passivo ao custo amortizado.

b Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Os principais fatores de risco que a Administração está exposta reflete em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Administração possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de preço dos produtos.
- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de taxas de juros.

A Administração não efetua aplicações de caráter especulativa em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

c Risco de preço dos produtos

Está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas, em especial a cana-de-açúcar, e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar os riscos, a administração monitora permanentemente as oscilações de preço no mercado.

d Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que submetem a Administração a riscos de crédito de contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, adiantamentos e partes relacionadas. Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. Os riscos de créditos associados ao contas a receber de clientes e partes relacionadas é reduzido em virtude da análise de crédito e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco. A exposição máxima do risco de crédito está demonstrada abaixo:

Ativos financeiros	2024	2023
Caixa e bancos	3.733	923
Aplicações financeiras de liquidez imediata	11.897	1.991
Aplicações financeiras	162.952	232.506
Contas a receber	8.640	5.081
Partes relacionadas	1.706	1.706
	<u>188.928</u>	<u>242.207</u>

e Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não poder cumprir com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar esse risco, a Administração possui linhas de crédito rotativo, que aumentam a liquidez no curto prazo e possibilitam maior eficiência na gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As principais fontes da Companhia derivam dos acionistas, do fluxo de caixa gerado por suas operações, fornecedores e empréstimos e financiamentos. A Administração acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita, o capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez e refletem o fluxo financeiro da Companhia:

	2024		
	Fluxo de caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	3.733	3.733	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	11.897	11.897	-
Aplicações financeiras	162.952	162.952	-
Contas a receber	8.640	8.640	-
Partes relacionadas	1.706	-	1.706
	188.928	187.222	1.706
Passivos financeiros			
Fornecedores	55.770	46.729	9.041
Arrendamentos e parcerias a pagar	272.915	36.239	236.676
Empréstimos e financiamentos	336.195	27.824	308.371
Partes relacionadas	30.606	-	30.606
	695.486	110.792	584.694

	2023		
	Fluxo de caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	923	923	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.991	1.991	-
Aplicações financeiras	232.506	232.506	-
Contas a receber	5.081	5.081	-
Partes relacionadas	1.706	-	1.706
	242.207	240.501	1.706
Passivos financeiros			
Fornecedores	33.615	24.406	9.209
Arrendamentos e parcerias a pagar	197.317	32.231	165.086
Empréstimos e financiamentos	170.957	1.756	169.201
Partes relacionadas	29.629	-	29.629
	431.518	58.393	373.125

f Risco de taxas de juros

Oriundo da possibilidade da Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alterando a contratação de taxas fixas e variáveis, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado e sua situação.

g Gerenciamento de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Total do passivo	784.756	527.845
(-) Caixa e equivalente de caixa	(15.630)	(2.914)
Passivo líquido (A)	769.126	524.931
Total do patrimônio líquido (B)	582.256	620.835
Relação passivo líquido sobre capital ajustado (A)/(B)	1,32	0,85

h Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

29 Aspectos ambientais

As instalações da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

30 Cobertura de seguros

A Companhia mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes.

Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.